

RECLAMAÇÃO Nº 39.268 - SP (2019/0335216-8)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECLAMANTE : BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S/A
ADVOGADOS : JOÃO LEONELHO GABARDO FILHO E OUTRO(S) - PR016948
CÉSAR AUGUSTO TERRA - PR017556
RODRIGO ALEXANDRE FERREIRA CHAVES - PR040354
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : EMPRESA DE ONIBUS ROSA LTDA
ADVOGADOS : RAFAEL SIMÕES SILVA E OUTRO(S) - BA024302
ALEXANDRE SIMÕES SILVA - BA032951

DECISÃO

1. Trata-se de reclamação ajuizada contra acórdão proferido em sede de agravo interno que inadmitiu recurso especial, assim ementado:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. ROL TAXATIVO DO ART. 1.015 DO CPC/2015. RISCO DE INUTILIDADE DO JULGAMENTO DA QUESTÃO NA APELAÇÃO. POSSIBILIDADE DE MITIGAÇÃO (TEMA 988). AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DESACERTO DA APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO ESTABELECIDO PELO STJ EM JULGAMENTO REPETITIVO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Sustenta que "a interpretação dada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo aos recursos especiais repetitivos nº 1.696.396/MT e nº 1.7045.20/MT, afronta a competência desse Superior Tribunal de Justiça por não observar o entendimento proferido neles" (fl. 5), uma vez que, no caso (fl.6):

no procedimento sob o qual a demanda tramita (Decreto-lei 911/69), a apreensão dos veículos é o termo inicial do prazo para a contestação e isso é condição para a prolação de sentença, significa que, enquanto não houver o cumprimento da tutela provisória de apreensão, não haverá andamento processual e tampouco sentença.

Logo, se a questão não for analisada em sede de agravo de instrumento, a eficácia da medida coercitiva jamais estará sujeita ao duplo grau de jurisdição.

É o relatório.

2. As hipóteses de cabimento da reclamação, consoante o novo CPC, são as seguintes:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério

Superior Tribunal de Justiça

Público para:

- I - preservar a competência do tribunal;
- II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;
- III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;
- IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;

Ainda que a Lei n. 13.256/2016 tenha alterado o inciso IV para dele extirpar a admissão da reclamação contra decisão contrária a precedente proferido em julgamento de casos repetitivos por este Tribunal Superior, o inciso V do § 5º desse artigo rende ensejo ao seu ajuizamento em casos tais, desde que tenham sido esgotadas as instâncias ordinárias e que não tenha havido o trânsito em julgado da decisão reclamada:

§ 5º É inadmissível a reclamação:

I – proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada; (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)

II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

No caso em julgamento, a reclamação foi ajuizada antes do trânsito em julgado da decisão reclamada e com o esgotamento da instância ordinária, mostrando-se em tese cabível o seu manejo.

Contudo, a toda evidência, não procede a alegação de aplicação equivocada da tese jurídica consagrada em sede de recurso especial julgado sob o rito previsto no art. 543-C do CPC/1973 ao caso concreto.

A jurisprudência firmada no REsp 1.696.396/MT e no REsp 1.7045.20/MT, julgados sob o rito dos recursos repetitivos, fixou a tese de que "o rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação".

Confira-se a ementa do julgado:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PREVISTAS NOS INCISOS DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL. POSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. EXCEPCIONALIDADE DA IMPUGNAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. REQUISITOS.

1- O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol do art. 1.015 do CPC/15 e verificar a possibilidade de sua interpretação extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal.

2- Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as "situações que, realmente, não podem aguardar rediscussão futura em eventual recurso de apelação".

3- A enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses em que o agravo de instrumento seria cabível revela-se, na esteira da majoritária doutrina e jurisprudência, insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do art. 1.015 do CPC e que tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo.

4- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos.

5- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repristinação do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC, de modo que estaria o Poder Judiciário, nessa hipótese, substituindo a atividade e a vontade expressamente externada pelo Poder Legislativo.

6- Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: **O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.**

7- Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, pois somente haverá preclusão quando o recurso eventualmente interposto pela parte venha a ser admitido pelo Tribunal, **modulam-se os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica apenas seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão.**

8- Na hipótese, dá-se provimento em parte ao recurso especial para determinar ao TJ/MT que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de instrumento no que se refere à competência, reconhecendo-se, todavia, o acerto do acórdão recorrido em não examinar à questão do valor

atribuído à causa que não se reveste, no particular, de urgência que justifique o seu reexame imediato.

9- Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

(REsp 1696396/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/12/2018, DJe 19/12/2018)

Outrossim, ao fixar tal tese, a Corte Especial aplicou a modulação dos efeitos, determinando que fosse aplicada apenas às decisões interlocutórias proferidas após a publicação dos acórdãos dos respectivos recursos repetitivos, a qual se deu no DJe de 19/12/2018, com vistas à preservação da segurança jurídica consubstanciada na proteção às partes que, acreditando na taxatividade do rol do art. 1.015 do CPC/2015, deixaram de impugnar, através de agravo de instrumento, as questões julgadas por decisão interlocutória e não previstas expressamente nesse artigo, e também não puderam mais fazê-lo em apelação ou contrarrazões de apelação, porquanto operada a preclusão.

Dessarte, **para as decisões interlocutórias publicadas entre a entrada em vigor do CPC/2015 (18/3/2016) e a publicação dos arestos dos recursos repetitivos (19/12/2018), só se admite o agravo de instrumento para discutir as hipóteses expressamente previstas no diploma processual em vigor, sendo que as demais matérias devem ser levadas à reapreciação do Tribunal em apelação ou contrarrazões de apelação.**

No caso concreto, o Tribunal de origem foi suficientemente claro ao afirmar que o caso em análise não se coaduna com a tese de taxatividade mitigada erigida nos recursos repetitivos, afastando a configuração do *distinguishing*.

Confira-se o seguinte trecho do voto condutor do agravo interno (fl. 1.913):

Neste contexto, o acórdão recorrido (fls. 77/81) está em perfeita sintonia com a orientação superior, **ao concluir pelo descabimento do agravo de instrumento no caso concreto, por não contar com previsão no rol do art. 1.015 do CPC e não se cuidar de situação de urgência.**

Confira-se trecho do acórdão: “O presente recurso foi interposto contra decisão monocrática proferida por este Relator, que não conheceu do Agravo de Instrumento interposto pela recorrente, contra a decisão, na origem, proferida nos autos da Ação de Busca e Apreensão com garantia de alienação fiduciária, que indeferiu a expedição de cartas precatórias, bem como a aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da Justiça, asseverando o MM. Juízo singular que os bens lacrados e impedidos de circular serão apenas aqueles indicados pela requerida e que cabe à agravante empreender diligências e indicar a localização dos bens objeto dos contratos que ainda não foram apreendidos ou, ainda, requerer a conversão da ação em depósito para cobrança do equivalente em dinheiro. O Agravo interno, interposto contra a decisão monocrática deste Relator, de fato, não comporta acolhida, já que **o Agravo de Instrumento é inadmissível, à luz do princípio da taxatividade, visto que a decisão proferida na origem não se identifica com nenhuma das hipóteses elencadas no artigo 1.015, do Diploma processual em vigor. (...) Nesse contexto, não se afigura possível a interpretação ampliativa do artigo 1.015, I, do Código de**

Processo Civil, com a finalidade de estender o cabimento do recurso de Agravo de Instrumento, para todas as decisões posteriores, que tenham como premissa aquela primeira que o admitia, 'in casu', a decisão que aplicou medida coercitiva atípica, consistente em retenção parcial da frota, em número equivalente ao de bens não localizados, mantida por v. Acórdão” (fls.78/79).

Indiscutível, pois, a aplicação do regime dos recursos repetitivos.

Ainda que assim não fosse, consoante se verificou em consulta ao sítio do Tribunal *a quo*, a decisão interlocutória foi proferida em 20/2/2018, ou seja, durante o período em que, segundo os recursos repetitivos, só se admitia o agravo de instrumento para discutir as hipóteses expressamente previstas no diploma processual em vigor.

4. Ante o exposto, indefiro liminarmente a petição inicial da reclamação, com base no art. 34, XVIII, do RISTJ.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator